



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
LICENCIATURA EM LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA**

KIALUNDA SOZINHO KIALANDA

**O PORTUGUÊS DE ANGOLA COMO LÍNGUA NACIONAL:
BREVES CONSIDERAÇÕES SINTÁTICAS**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2020

KIALUNDA SOZINHO KIALANDA

**O PORTUGUÊS DE ANGOLA COMO LÍNGUA NACIONAL:
BREVES CONSIDERAÇÕES SINTÁTICAS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Graduação em Letras - Língua Portuguesa do Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Licenciado em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Ferreira dos Santos.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2020

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da Unilab
Catalogação de Publicação na Fonte

K57p

Kialanda, Kialunda Sozinho.

O português de Angola como língua nacional : breves considerações sintáticas / Kialunda Sozinho Kialanda. - 2020.

36 f. : il., mapas, color.

Monografia (graduação) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2020.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Ferreira dos Santos.

1. Língua portuguesa - Líbolo (Angola). 2. Língua portuguesa - Sintaxe. I. Título.

BA/UF/SEBI

CDD 469.09673

KIALUNDA SOZINHO KIALANDA

**O PORTUGUÊS DE ANGOLA COMO LÍNGUA NACIONAL:
BREVES CONSIDERAÇÕES SINTÁTICAS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Graduação em Letras – Língua Portuguesa do Instituto de Humanidades e Letras da Universidade Federal da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Licenciado em Letras.

Aprovado em 06 de fevereiro de 2020.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Eduardo Ferreira dos Santos (Orientadora)

Doutor em Filologia e Língua Portuguesa – Universidade de São Paulo
UNILAB – Campus dos Malês

Prof.^a Dr.^a Manuele Bandeira de Andrade Lima

Doutora em Filologia e Língua Portuguesa – Universidade de São Paulo
UNILAB – Campus dos Malês

Prof.^a Dr.^a Lídia Lima da Silva

Doutora em Linguística – Universidade de São Paulo
UNILAB – Campus dos Malês

Dedico esse trabalho aos meus pais por tudo que eles fizeram por mim.

Ao meu Pai Sozinho Kialanda.

A minha Mãe Mpemba Germana.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, ao Professor Doutor Eduardo Ferreira dos Santos pelos incentivos e ensinamentos que marcaram todo meu percurso acadêmico, além da ajuda em concluir mais uma etapa da minha formação acadêmica na elaboração deste trabalho.

A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), pela formação dada a mim, pelos conhecimentos acadêmicos, profissionais e da vida adquiridos.

A todos os meus professores e todas minhas professoras pelos ensinamentos e aprendizagem, além de todas/os que de forma direta ou indireta contribuíram para a realização deste trabalho e da minha formação.

A minha família toda, aos meus irmãos, as minhas irmãs, primos e primas pela força e garra que têm me dado esse tempo todo.

A minha família angolana, não de sangue, mas de coração, de afeto e irmandade.

Aos “10” da entrada 2015.3 e mais uma, 11 angolanos/as, Bartolomeu José Epalanga Agostinho, Paula Celeste Lino, Inácio Cipriano, Elias Flores Kanusse, Emanuel Cipriano, Celestino Canganda, Fernando Junior, Martinho Fonseca, Neidilenio Baltazar e a Margarida Bendo (Mwana Kabinda).

A minha família do Brasil, a todos meus amigos e minhas amigas que eu fiz durante essa caminhada. Meus colegas e minhas colegas, Carla Santana e toda a sua família, Mirian Brito e toda família Brito, Ana Kézia dos Santos e Jean Carlos Cardoso. Nossa mãe, que nos acolheu como seus filhos, a família Michele, na pessoa de Renata Michele Gomes da Silva e a Riane Gomes da Silva, minhas manas de coração. A família Baptista nas pessoas de Gabriele de Jesus Baptista e Renata Baptista. Marcela Croesy e a família toda.

Para terminar, gostaria de deixar aqui os meus agradecimentos para duas pessoas mais especiais da minha vida, que são os meus pais. Por tudo, pela vida, pela graça e dizer que estarão sempre no meu coração. Dedico essa graduação para eles com muito orgulho, gostaria que eles estivessem aqui para ver essa conquista. Ao Senhor Sozinho Kialanda e Dona Mpemba Germana, meu muito obrigado.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo abordar a discussão acerca da presença da língua portuguesa em Angola a partir do status que lhe é conferido. Se o português é uma língua oficial, pois é a língua dos espaços administrativos e educacionais oficiais, por exemplo, hoje também pode ser considerada uma língua nacional, própria dos angolanos, como as demais línguas autóctones são classificadas. Em Angola, cerca de 70% da população utiliza o português em casa, segundo dados oficiais, ocupando a primeira posição em números de falantes no país. Em um contexto de diversidade linguística, em que ao lado do português, outras línguas, principalmente do grupo banto, estão presentes, mostram-se necessários trabalhos de descrição e análise linguísticas dessa variedade africana do português. Desse modo, apresentamos uma breve descrição da complementação verbal em uma subvariedade do português de Angola, falada no município do Libolo. Pretendemos colaborar, assim, no apontamento das especificidades do português angolano em relação a um padrão brasileiro ou europeu e que atestam sua identidade linguística de língua nacional.

Palavras-chave: Língua portuguesa - Libolo (Angola). Língua portuguesa - Sintaxe.

ABSTRACT

This work aims to address the discussion about the presence of the Portuguese language in Angola from the status that it is given. If Portuguese is an official language, as it is the language of the official administrative and educational spaces, for example, today it can also be considered a national language, proper to Angolans, as the other indigenous languages are classified. In Angola, about 70% of the population uses Portuguese at home, according to official data, occupying the first position in numbers of speakers in the country. In a context of linguistic diversity, in which alongside Portuguese, other languages, mainly from the Bantu group, are present, there is a need for linguistic description and analysis of this African variety of Portuguese. Thus, we present a brief description of verbal complementation in a sub-variety of Portuguese from Angola, spoken in the municipality of Libolo. We intend to collaborate, thus, in pointing out the specificities of Angolan Portuguese in relation to a Brazilian or European standard and that attest to its linguistic identity as a national language.

Keywords: Portuguese language - Libolo (Angola). Portuguese language - Syntax.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1	África	15
Mapa 2	Províncias de Angola	16
Tabela 1	Extensão e Capitais das Províncias de Angola	17
Mapa 3	Comunidades etnolinguísticas de Angola	18
Gráfico 1	População x Língua mais falada em casa	19

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	A LÍNGUA PORTUGUESA EM ANGOLA: ASPECTOS SOCIO- HISTÓRICO-LINGUÍSTICOS	13
2.1	A PRESENÇA PORTUGUESA EM ANGOLA	13
2.2	O PLURILINGUISMO ANGOLANO E A LÍNGUA PORTUGUESA EM ANGOLA	14
3	LÍNGUA PORTUGUESA É LÍNGUA NACIONAL (?)	23
4	CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES DA COMPLEMENTAÇÃO VERBAL NO PORTUGUÊS DO LIBOLO – ANGOLA	27
4.1	O MUNICÍPIO DO LIBOLO (CUANZA SUL – ANGOLA)	27
4.2	A COMPLEMENTAÇÃO VERBAL NO PORTUGUÊS DO LÍBOLO	28
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
	REFERÊNCIAS	35

1 INTRODUÇÃO

Em Angola, há cerca de 46 línguas faladas no território sendo a maioria delas do grupo linguístico banto, ao lado da língua portuguesa que foi introduzida a partir do contexto das Grandes Navegações, séculos XV e XVI e o empreendimento colonial português.

Essa diversidade linguística, acentuada pelo grupo linguístico banto, caracteriza as relações entre etnia, língua e cultura, que formam grupos etnolinguísticos e o cenário sociolinguístico angolana – ver, entre outros, Redinha (2009: 18-19).

A pluralidade linguística angolana evidencia os diferentes status atribuídos às línguas, ou seja, as línguas podem ser definidas como “línguas oficiais”, caso do português, única língua nessa condição e usada na administração e educação. Geralmente, as línguas oficiais coincidem com as línguas dos colonizadores; “línguas nacionais”, também chamadas de “indígenas”¹, geralmente são as línguas locais e que passarão pelo processo de descrição e normatização; e as “línguas veiculares”, ou “francas”, que servem para comunicação entre falantes de línguas distintas.

A língua portuguesa foi generalizada em Angola após o período pós-independência e se firma como língua oficial (INVERNO, 2008: 117). Por um longo período, o português é apenas língua de instrução e restrita aos espaços político-administrativos e dominada por uma pequena parcela da população, em sua maioria, portugueses ou angolanos assimilados. No entanto, nos últimos anos, há um importante crescimento do número de angolanos que já possuem a língua portuguesa como língua materna, assim como as diferentes línguas nacionais presentes no país.

Esse rico cenário linguístico leva-nos a indagar, portanto, a importância dessas diferentes línguas, em especial da língua portuguesa, ao questionarmos se deve ou não ser considerada uma língua nacional de Angola, ou seja, língua que está adquirindo uma condição de ser materna dos angolanos, assim como o quimbundo, ou quicongo, ou tchockwe, por exemplo.

Se os documentos oficiais legitimam o português como língua oficial e o coloca à parte das demais línguas, tidas como nacionais, deve-se começar a discutir e desmistificar esses conceitos, reconhecendo o português como sendo também uma das línguas nacionais angolana, mesmo sendo de origem europeia. O português de Angola, hoje, já pode ser visto como uma variedade tipicamente angolana, com suas marcas e influências de outras línguas

¹ Mais adiante faremos uma abordagem da denominação dos termos “indígenas” e “assimilados” no contexto colonial.

nacionais, que acabam particularizando-o, em diferentes níveis, e definindo-se como uma identidade nacional.

Pretendemos dialogar com alguns autores que abordam esses aspectos, em especial no âmbito linguístico, com dados que identificam a especificidade da língua portuguesa em Angola para podermos compreender seu status para além de língua oficial, mas também como uma língua nacional.

Para além dessa Introdução, nosso trabalho será composto pelo capítulo 1, em que teceremos considerações sobre os aspectos socio-histórico-linguísticos de Angola; seguido do capítulo 2, que tratará da discussão dos status das línguas no país e como alguns linguistas observam essa questão; e finalmente, o capítulo 3, em que apresentamos breves considerações sobre a predicação verbal – um fenômeno que diferencia o português brasileiro do europeu, por exemplo – em uma subvariedade do português angolano, dando pistas que evidenciam uma variedade nacional da língua portuguesa, a partir de suas especificidades. Encerramos nosso trabalho com as considerações finais.

2 A LÍNGUA PORTUGUESA EM ANGOLA: ASPECTOS SOCIO-HISTÓRICO-LINGUÍSTICOS

Nesta seção, abordaremos, a questão da língua portuguesa em Angola, seus aspectos sócios históricos e linguísticos, a seguir teremos as subseções 1.1 que abordará a presença portuguesa em Angola e por final a subseção 1.2 que vai tratar, sobre o plurilinguíssimo angolano e a língua portuguesa em Angola.

2.1 A PRESENÇA PORTUGUESA EM ANGOLA

Ao falarmos da língua portuguesa em África, e conseqüentemente, em Angola, é importante destacar o início da chegada dos portugueses nesse território, em meados do século XV, e as incursões dos portugueses para territórios além-mar que se deram no contexto conhecido como “Era dos Descobrimentos”, impulsionadas por fatores de ordens religiosa, econômica, estratégica e política (DIAS, 1989, p. 281).

O início da presença portuguesa no território que hoje equivale a atual divisão política de Angola deu-se no período de 1482 a 1484, a partir da liderança de Diogo Cão. À chegada, os navegadores encontraram povos com línguas e culturas próprias, cuja hegemonias econômica e sociopolítica foram resistindo até à progressiva conquista colonial. Esses povos formavam uma unidade política, Reino do Congo, mais as regiões de Ndongo e Matamba² (FIGUEIREDO, 2015), reconhecida como uma das primeiras grandes unidades políticas formadas no século XIII, após as migrações bantu (BIRMINGHAM, 1974).

O principal motivo dessa presença portuguesa não foi devido somente às relações comerciais, já que os principais produtos do Reino e regiões próximas, como marfim, palma, madeira e cobre, já eram desvalorizados quando comparados às especiarias e riquezas do Oriente, território que já contavam com a presença portuguesa à época. Infelizmente, “o único recurso que os Europeus encontraram no reino capaz de compensar os bens importados foi a própria população” (Dias 1989: 293). Iniciava-se, assim, um longo período de escravização de um enorme contingente populacional para servir aos interesses coloniais de Portugal, como abastecimento de mão-de-obra para a Metrópole e demais espaços ocupados pelos portugueses.

² Espaço que correspondente atualmente ao norte de Angola, ao enclave de Cabinda, a República do Congo e a parte ocidental da República Democrática do Congo.

Após a chegada dos portugueses, intensifica-se uma “agenda diplomática e de intenso contato, com a influência portuguesa nos costumes religiosos e linguísticos” (SANTOS, 2018: 28). Contudo, é durante os séculos XVII e XVIII que a supremacia de Portugal é fortalecida com “a formação de um entreposto comercial com a principal função de servir de abastecedor de escravos para as plantações de cana-de-açúcar no Brasil, sobretudo em Pernambuco e Bahia” (SANTOS, 2018: 29).

No século XIX, com a imposição da Inglaterra pelo fim do tráfico de escravizados, extinção oficializada em 29 de abril de 1878 (PELLISSIER, 1997: 87), Portugal se voltaria, então, para o desenvolvimento territorial das colônias na África a partir de estímulos para a emigração dos portugueses e a disseminação da civilização e cultura europeia, ou portuguesa, no caso. Angola, ao lado das demais colônias africanas, torna-se uma Província Ultramarina de Portugal e recebe um considerado contingente de cidadãos portugueses.

Essa nova dinâmica social implicaria em um ambiente sociolinguístico particular, com uma hierarquização da população entre os colonizadores e colonizados, surgindo, assim, uma divisão entre assimilados e indígenas (HERNANDEZ, 2008: 572-574), que tem como fator preponderante, o domínio da língua portuguesa, que destacaremos mais adiante.

2.2 O PLURILINGUISTO ANGOLANO E A LÍNGUA PORTUGUESA EM ANGOLA

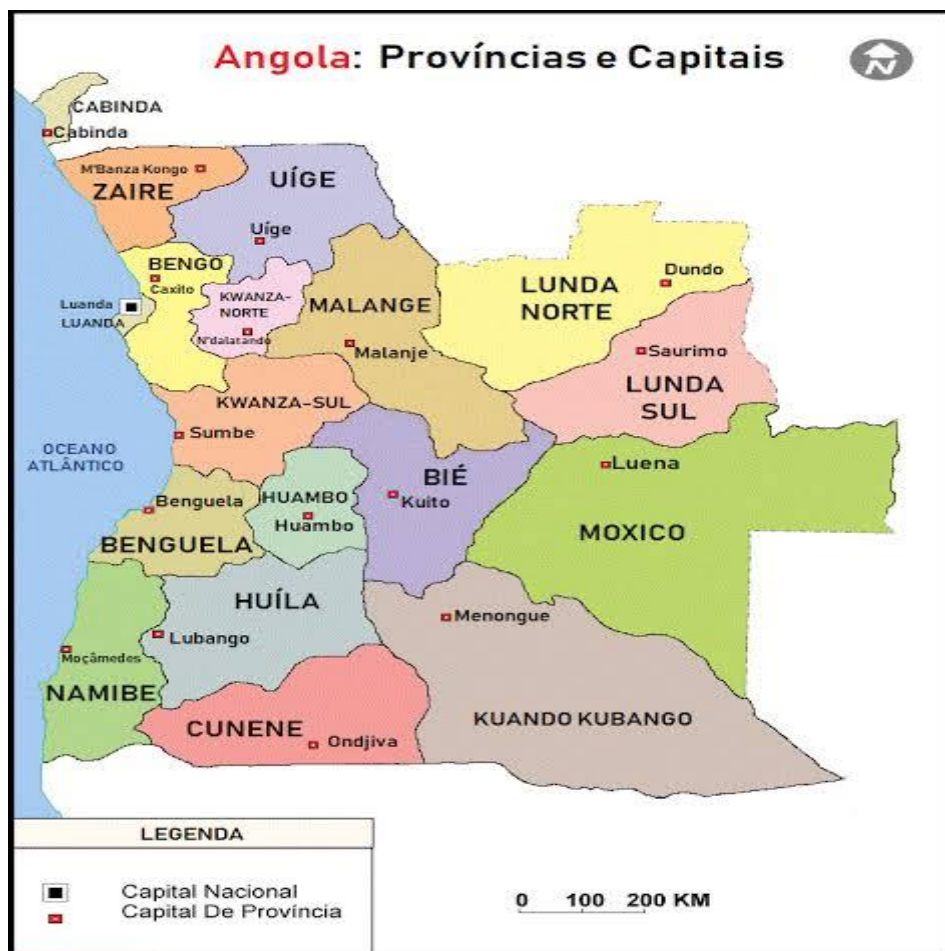
Angola localiza-se na região ocidental da África Austral, fazendo fronteira, a norte/nordeste, com a República Democrática do Congo, a leste, com a República da Zâmbia e, ao sul, com a República da Namíbia, sendo banhado, a oeste, pelo Oceano Atlântico.

De acordo com o último CENSO³, realizado em 2014, a população residente em Angola é de 25.789.024 habitantes, dos quais 12.499.041 são do sexo masculino (48% da população total residente) e 13.289.983 são do sexo feminino (52% da população total residente).

A população espalha-se em 18 províncias, sendo a província de Luanda, que abriga a capital do país de mesmo nome, a mais habitada, com 6945.386 de residentes.

³ CENSO. Disponível em: < <http://censo.ine.gov.ao/> > Acesso em 18/01/2020.

Mapa 2 - Províncias de Angola



Fonte: <https://suburbanodigital.blogspot.com/2018/01/mapa-de-angola-com-provincias-e-capitais.html>

Como podemos ver, este é o mapa político de Angola, e em seguida, veremos na tabela 1 as suas respetivas extensões, suas províncias e capitais.

Tabela 1 - Extensão e Capitais das Províncias de Angola

Província	Extensão	Capital
Bengo	33.016	Caxito
Benguela	39.826	Benguela
Bié	70.314	Kuito
Cabinda	7.270	Cabinda
Kuando-Kubango	199.049	Menongue
Kwanza-Norte	24.110	N'dalatando
Kwanza-Sul	55.600	Sumbe
Cunene	87.342	Ondjiva
Huambo	34.270	Huambo
Huíla	79.022	Lubango
Luanda	2.417	Luanda
Lunda-Norte	103.000	Dundo
Lunda-Sul	77.367	Saurimo
Malanje	97.602	Malanje
Moxico	223.023	Luena
Namibe	57.091	Namibe
Uíge	58.698	Uíge
Zaire	40.130	M'BanzaCongo

Fonte: <http://www.governo.gov.ao/opais.aspx>

Em relação aos aspectos linguísticos, Angola apresenta majoritariamente suas línguas incluídas no grupo linguístico banto, revelando a relação existente entre etnia, língua e cultura, já apresentada por diversos autores, como Redinha (2009).

Vale ressaltar que, ao lado das línguas do grupo banto, em Angola também temos falantes do grupo de línguas denominadas khoisan, embora em menor número. Os khoisan são considerados povos não-banto/pré-banto. Segundo Zau (2011: 47), “oriundos de várias raças localizadas a sul do Equador [...] os khoisan são vistos por alguns investigadores como dos mais primitivos povos da humanidade. Presume-se que terão chegado à África, passando pela Ásia e Europa Ocidental, provavelmente há perto de 50 000 (cinquenta mil anos) a.C.”.

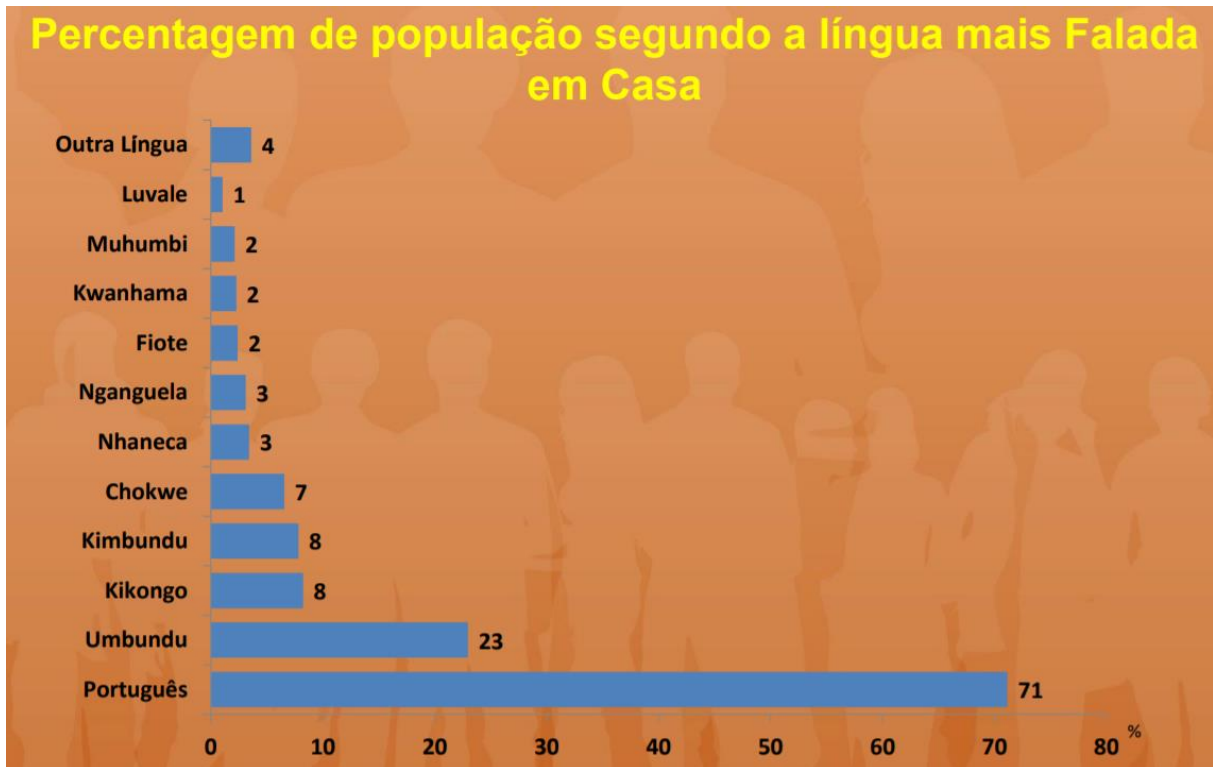
Mapa 3 - Comunidades etnolinguísticas de Angola



Fonte: Undolo (2014, p. 79).

O último CENSO (2014) apontou uma prevalência quantitativa de línguas bantas em Angola, conforme vemos a seguir:

Gráfico 1 - População x Língua mais falada em casa



Fonte: INE/CENSO 2014⁴

Pelo gráfico acima, podemos notar que a língua portuguesa é falada em casa por 71% da população, sendo o Umbundu a primeira língua ‘não europeia’, ou autóctone, a se fazer presentes nos lares angolanos. O quicongo e o quimbundo representam, cada, 8% de presença nas casas angolanas, seguidos pelo chokwe, com 7%. Chama-nos a atenção, uma única língua ser falada por mais da metade da população, em detrimento de demais línguas, em um espaço significativamente plurilíngue.

O status de língua oficial reservado ao português, para além de condições econômico-sociais, fazem com que a língua adquira essa percentagem. Essa supremacia da língua portuguesa, que vem aumentando constantemente, no entanto, levou a um “vazio” ou silenciamento das línguas autóctones, dificultando, inclusive, suas documentações e descrições. De acordo com Silva (2011: 2, apud UNDOLO, 2011: 64), as razões desse “silenciamento” devem-se:

- a política colonial integracionista de Portugal, que combatia e penalizava o uso das línguas autóctones, chegando ao ponto de condicionar a autorização do estudo

⁴ <https://leadershipbt.com/INE/pt/publicacoes/populacao-e-sociedade-artigos/290-apresentacoes-dos-resultados-definitivos-do-censo-2014> (acessado em 22/01/2020).

científico de qualquer língua bantu ao compromisso firmado pelo pesquisador de não divulgar o resultado das suas pesquisas dentro das fronteiras de Angola;

- o genocídio cultural promovido pelo regime colonial, facto que provocou o preconceito social pelo uso das línguas autóctones nos grandes centros urbanos, onde a cultura portuguesa exerceu grande influência no comportamento social;
- o impacto de cerca de 40 anos de luta pela independência e 30 anos de guerra civil.

Devemos, entender, portanto, como se deu a presença da língua portuguesa em Angola.

A língua portuguesa chega à Angola com os portugueses no desenrolar das Grandes Navegações, no século XV e o processo de colonização empreendido a partir daí. No início, o contato da língua portuguesa com as línguas autóctones não diminuiu o uso dessas línguas, como aconteceu em meados dos séculos XVII e XVIII, em que o quimbundo era a língua mais veiculada em Luanda, por conta do “estabelecimento de uma elite afro-portuguesa que viria a ocupar os principais cargos da administração pública nos centros urbanos e a agir no interior como capturadora de escravos, protetora das rotas comerciais e mantedora da paz” (VENÂNCIO 1996: 51, apud INVERNO 2009: 89).

Essa “africanização” de Luanda, porém, não era bem recebida por Portugal e dá-se o início de medidas perante a lei que favoreçam a disseminação e imposição da língua e cultura portuguesas (ZAU 2011: 94). Já no século XX, a língua portuguesa é a mais falada em Angola, considerando o número maior de portugueses no país e pelo desenvolvimento dos centros urbanos angolanos e a colonização do interior, além do ensino da língua como fator diferencial da população.

Na segunda metade do século XX, intensifica-se a generalização do português em Angola, muito em razão da diversidade linguística do país, já que, na visão do colonizador português, as línguas locais “devido à sua multiplicidade, constituíam um sério obstáculo à unidade, enquanto que o português era a língua da cultura e da tecnologia” (MIGUEL 2003: 26). Essa generalização do português também veio junto com uma imposição da língua e a divisão dos angolanos de dois subgrupos: os “assimilados” e os “indígenas”. A condição de indígena era definida por decreto:

Decreto-Lei 39666:

Art. 2º Consideram-se indígenas das referidas províncias os indivíduos de raça negra ou seus descendentes que, tendo nascido ou vivendo habitualmente nelas, não possuam ainda a ilustração e os hábitos individuais e sociais pressupostos para a integral aplicação do direito público e privado dos cidadãos portugueses.

§ único. Consideram-se igualmente indígenas os indivíduos nascidos de pai ou mãe indígena em local estranho às Províncias, para onde os pais se tenham temporariamente deslocado.

Importante dizer que um dos quesitos para possuir a ilustração e os hábitos individuais e sociais portugueses era dominar a língua portuguesa, ou comer à mesa, por exemplo (MINGAS, 2000: 47). Assim, a condição de indígena poderia ser provisória e o angolano ser considerado um “assimilado”, isto é, uma pessoa que dominava a leitura e a escrita em português, além de ser católico. Os filhos dos assimilados possuíam direitos de ir à escola como as demais crianças portuguesas e até a oportunidade de obter nacionalidade portuguesa.

Em relação à educação, o ensino não era nem gratuito e nem obrigatório, o que já mostra que apenas uma pequena parcela de angolanos, mesmo que assimilados, conseguia ter acesso à educação formal. De toda forma, buscava-se uma uniformização metodológica e de componentes em relação ao que era ofertado na metrópole, colocando, por exemplo, em lados opostos “a língua portuguesa e as demais línguas autóctones, pois no ambiente escolar formal havia um público que aprendia a língua do colono pela alfabetização direta em português, interrompendo os seus hábitos e tradições linguísticos” (SANTOS, 2018: 32).

Durante o período da Independência, o governo inicia a implementação de medidas afirmativas para as línguas locais, ao mesmo tempo em que, em 1975, há o reconhecimento do valor e da importância da língua portuguesa como fator de unidade nacional (MIGUEL, 2008: 38). A “diversidade étnica e linguística torna-se, então, um “problema” para a construção de um imaginário angolano nacional centrado nos modelos modernos de Estado-nação” (SEVERO & MAKONI, 2015: 45).

O uso do português, agora com status de língua oficial, deve ser visto como marginal se comparado com a norma europeia, já que o português convive com diferentes línguas africanas, os falantes possuem uma aquisição informal do português, normalmente como segunda língua, além do ensino precário (MIGUEL: 2008: 41).

Para Miguel (2008: 40), esse contato linguístico do português com as diferentes línguas presentes em Angola seria um fator de marcação de uma identidade linguística, pois

Já não se trata, por conseguinte, de uma língua estrangeira, pois, quando nos apropriamos dela, modificamo-la, adaptamo-la à nossa mundividência, submetemo-la às nossas necessidades comunicacionais, em consonância com a nossa idiosincrasia. Necessariamente, inevitavelmente, está a ficar impressa nela, a nossa angolanidade. A Língua Portuguesa está a angolanizar-se como, também, já se abasileirou.

Oras, se a língua portuguesa está a angolanizar-se, está a se tornar uma língua nacional.

3 LÍNGUA PORTUGUESA É LÍNGUA NACIONAL (?)

Conforme apontamos no capítulo 1, no período que engloba a independência/pós-independência temos o debate acerca da valorização das línguas nacionais e o papel da língua portuguesa. Miguel (2008: 38) aponta que, a partir de 1975, é reconhecido “o valor e a importância da Língua Portuguesa, como fator de unidade nacional. O País, com uma situação sociocultural complexa, caracterizada por uma multiplicidade linguística, encontrou, nesta medida, a opção capaz de garantir essa unidade”.

Vale ressaltar que a importância das línguas nacionais não foi ignorada. A própria fala do então presidente, Agostinho Neto, reforça esse ponto:

O uso exclusivo da língua portuguesa, como língua oficial, veicular e utilizável na nossa literatura, não resolve os nossos problemas. E tanto no ensino primário, como provavelmente no médio será preciso utilizar as nossas línguas. E dada a sua diversidade no País, mais tarde ou mais cedo devemos tender para a aglutinação de alguns dialectos, para facilitar o contacto⁵.

Na Constituição de Angola, há um artigo específico para as “Línguas” do país:

*Artigo 19º
(Línguas)*

1. *A língua oficial da republica de Angola é o português.*
2. *O estado valoriza e promove o estudo, o ensino e a utilização das demais línguas de angola, bem como das principais línguas de comunicação internacional.*

Em Angola, a partir do Ministério da Cultura, há o “Projeto de Lei sobre o Estatuto das Línguas Nacionais” (2011). Vejamos trechos de sua Introdução:

O projecto de Lei que aprova o Estatuto das Línguas Nacionais é um instrumento que tem como principal objectivo promover a inclusão social e fortalecer a unidade na diversidade, o pluralismo cultural e linguístico. Pretende evidenciar a importância das línguas nacionais como veículo de cultura, instrumento de comunicação, meio de ensino, instrumento de relações sociais, políticas e económicas, assim como conferir às mesmas, o lugar e a dignidade que lhes cabe no país, na medida em que são resultado do esforço de adaptação do nosso povo aos diferentes processos históricos do país.

No mesmo “Estatuto”, há as definições dos status que as línguas presentes em Angola receberão. Vejamos:

⁵ Parte do discurso “Sobre a Literatura” proferido por Agostinho Neto na ocasião da posse do cargo de Presidente da Assembleia Geral da União dos Escritores Angolanos (24/11/1977).

Artigo 2º
Definições

O projeto de lei sobre o estatuto das línguas nacionais define:

- a. Língua Nacional: a que pertence ao Patrimônio Cultural de uma comunidade habitando um mesmo espaço geográfico, partilhada ou não com uma comunidade transnacional, qualquer que seja a sua influência geográfica ou sociológica;*
- b. Língua Oficial: a língua à qual é conferido o privilégio de utilização no quadro das atividades oficiais, sendo utilizada necessária e obrigatoriamente em todos os órgãos do estado e pelas entidades privadas;*
- c. Língua Materna: aquela língua nacional ou portuguesa que o indivíduo aprende em primeira instância de vida.*

Considerando as características histórico-sociais da implantação da língua portuguesa em Angola e seu status atualmente, fazemos o mesmo questionamento de Santos (no prelo):

como mensurar o papel e a importância de uma língua que se faz presente em um território a partir de uma imposição colonial, que assume o protagonismo no processo de assimilação dos angolanos não-falantes do português e que se torna a língua materna de uma parcela da população?

Acreditamos que a importância da língua portuguesa pode ser medida a partir da (re)discussão das definições apresentadas pelo “Estatuto das Línguas”, uma vez reconhecida a “dificuldade que o Estado Angolano tem na definição do emaranhado estado dos estatutos das línguas. Ainda, em Angola, no que concerne as línguas, nota-se a desvalorização das mesmas, inclusive a desconsideração da iniciativa de resolução dos problemas linguísticos de Angola”, como bem pontuou Ma Nsambu⁶.

Se atualmente o português já é a língua mais falada no território angolano, ora como segunda língua ora como língua materna, necessita-se uma nova discussão do que seriam as línguas nacionais e por que a (não) inserção do português nesse grupo.

Precisamos definir, então, como considerar o que é uma língua para além dos aspectos estruturais que as caracterizam. Seguindo Siguan (1996: 45, apud BERENBLUM, 2003: 21), língua “[...] é, ao mesmo tempo, o símbolo da comunidade nacional e o signo através do qual se identificam seus membros que, falando a mesma língua se reconhecem como fazendo parte do mesmo grupo, do mesmo povoado, da mesma nação”.

Embora os estudos sobre a situação sociolinguística e descritivo-analíticos das línguas em/de Angola ainda são incipientes, ainda mais se considerarmos estudos sobre o português em comparação com as variedades brasileira e portuguesa, alguns autores começam a apontar

⁶ <http://jornalcultura.sapo.ao/letras/estatuto-das-linguas-em-angola-uma-problemativa/fotos> (Acessado em

a importância de se legitimar o português falado em Angola como uma variedade nacional e fator de identidade de seus falantes. Vejamos como alguns autores apresentam essa discussão.

Undolo (2014) segue os mesmos apontamentos de Cabral (2005) e afirma que a língua portuguesa em Angola é a língua oficial, língua veicular e língua nacional, de acordo com a conjuntura sociolinguística nacional.

Zau (2011) já no título de seu trabalho – *A Língua Portuguesa em Angola Um Contributo para o Estudo da sua Nacionalização* – aponta o caminho de sua argumentação a favor de legitimar as especificidades do português angolano e faz uma memória do status do português no país:

a língua portuguesa, em Angola, cresceu e vai continuar a crescer, partindo de língua franca e da colonização, passando por língua estrangeira, língua segunda ou não autóctone até ao estatuto de língua oficial do Estado, língua da literacia, língua materna não autóctone, língua de promoção social, língua oficial universal (língua da globalização), língua de identidade nacional, directório das línguas nacionais autóctones e, provavelmente língua nacional não africana. (ZAU, 2011: 90) – grifo nosso.

Santos (2018) considera que a presença da língua portuguesa em Angola e as suas características linguísticas estão relacionadas a uma variedade particular angolana, que a distingue das variedades brasileira e europeia. O autor reafirma ainda que o contato linguístico do português e as línguas nacionais é um fator relevante para a constituição das especificidades do português de Angola como um fator identitário e cultural angolano.

Trabalhos pioneiros como de Mingas (2000) e Miguel (2003) também colocaram em discussão a necessidade de se afirmar uma variedade nacional do português e essa discussão foi colocada em pauta a partir da análises de fenômenos morfossintáticos do português falado em Angola, privilegiando, inclusive, o contato linguístico com as línguas locais como um fator preponderante dessa “nova” variedade em formação. Mingas propõe analisar as interferências de origem quimbundo que caracterizariam a língua portuguesa de Luanda, enquanto Miguel se debruça no emprego dos pronomes pessoais no português falado na mesma cidade, destacando que há realizações que a norma, até então portuguesa, não previa e o fato de o substrato linguístico permitir realizações no emprego dos pronomes pessoais, proporcionalmente a escolaridade dos falantes.

O que esses trabalhos têm em comum é o destaque dado em se considerar o português falado em Angola como uma nova variedade nacional e não-desvinculada das línguas classificadas como nacionais que seriam, então, um dos aspectos centrais tanto na estrutura

interna do português como na legitimação marcas identitárias desses grupos etnolinguísticos absorvidos na língua portuguesa.

Que ainda pese a questão de associação da língua portuguesa ao colonialismo e as implicações para além dos aspectos linguísticos, concordamos com Zau (2011: 116) que, no novo cenário sociolinguístico angolano

o número de falantes maternos e não maternos [do português] cresceu e a consciência de assunção é uma realidade cada vez mais concreta. Este comportamento é susceptível de permitir afirmar que a língua portuguesa parece já exercer a função de língua nacional, cabendo aos decisores a criação de condições (materiais e humanas) que a envolvimento do assunto exige, a começar pela própria designação.

No campo da linguística, que inclusive pode auxiliar nos trabalhos de ensino e políticas e planajemanto linguísticos, podemos auxiliar nesse processo de legitimação do português como uma variedade nacional a partir de trabalhos de descrição e análise dessa variedade de português e das línguas autóctones.

4 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES DA COMPLEMENTAÇÃO VERBAL NO PORTUGUÊS DO LIBOLO – ANGOLA

Nesta seção, abordaremos as considerações preliminares da complementação verbal no português do Libolo-Angola, logo em seguida apresentaremos o município do Libolo, Província do Cuanza Sul.

4.1 O MUNICÍPIO DO LIBOLO (CUANZA SUL – ANGOLA)

Conforme apontamos no capítulo 1, o início da presença portuguesa no território que hoje equivale a atual divisão política de Angola dá-se no período de 1482 a 1484, a partir da liderança de Diogo Cão que estabelece contato com a unidade política do Reino do Congo e com as regiões de Ndongo e Matamba.

Em relação ao município do Libolo, província Cuanza Sul, vale destacar que diversas tentativas de ocupação da região foram mal sucedidas, como parte de uma política de colonização do interior de Angola. Durante três séculos, o interior angolano permaneceu sem uma ocupação efetiva dos portugueses, até meados do século XIX quando se intensificam uma (re)tomada colonial da África pelas potências europeias de então e a necessidade de uma ocupação do território. No Libolo, essa ocupação começa a ocorrer de forma sistemática em 1840 até a instalação da Missão Católica de Santo Antonio de Calulo, em 1893 (SANTOS, 2015).

Linguisticamente, o município do Libolo é uma região ambundo em que se encontram falantes do quimbundo L1 (primeira língua), variedade libolo, além da variedade designada por alguns habitantes das comunas de Calulo e Quissongo, como ngoya. O município é uma zona de confluência de falantes de quimbundo kissama e kibala, além de falantes da língua songo. O município também está ao alcance de regiões ovimbundo, com falantes da língua umbundo (FIGUEIREDO, 2018: 80).

Segundo Figueiredo (2018: 82), sendo a colonização angolana processada em zonas vizinhas do mar, e o interior quase inexplorado, propiciaram-se condições para a ocorrência de uma situação de diglossia linguística, com uma pequena elite afro portuguesa bilingue, restringindo o uso do português nos centros urbanos, e uma parcela significativa de falantes monolíngues nas suas línguas maternas e habitando nas zonas rurais e interioranas do país.

Os confrontos constantes para a ocupação do território e o isolamento do município durante a guerra pós-colonial fizeram com que no Libolo acontecesse quer a defesa e

preservação de ideologias autóctones quer a conservação de tradições socioculturais milenares e de marcas linguísticas específicas dos seus falantes, com o português falado por estes denotando a incorporação de substanciais traços morfossintáticos da L1 quimbundo (FIGUEIREDO, 2018: 83).

Com a disseminação da língua portuguesa pelo território angolano, como mostrado no capítulo 1, o interior do país não fica alheio a essa “chegada” da língua. No Libolo, podemos notar essa efetivação da presença da língua portuguesa, evidenciando que o português deixa de ser exclusivamente uma língua do meio urbano e elitista, para ser a língua de uso e materna das pessoas. É a língua ensinada nas escolas locais de forma oficial, presente nos meios de comunicação e dos órgãos oficiais do município. Segundo Zau (2011: 113), “este clima não remete apenas para um carácter irreversível de expansão territorial, como também pela outras reflexões que envolvem questões tais como a naturalização, nacionalização linguísticas e democratização do ensino”.

4.2 A COMPLEMENTAÇÃO VERBAL NO PORTUGUÊS DO LIBOLO

Conforme apontam Cyrino, Nunes & Pagotto (2009: 58), os verbos transitivos são exemplificados pelos verbos de ação usados na voz ativa. A posição de especificador do sintagma verbal (SV) é ocupada pelo agente e o complemento de V é ocupado pelo paciente. No português do Libolo, doravante PLB, há a realização de verbos transitivos, como vemos nos exemplos a seguir, retirados de nosso corpus⁷:

- 01) Eu ajudo a minha mãe
- 02) Eu aprendi ainda primeiro português

Em (01) e (02), os complementos verbais do verbo ‘ajudar’ e ‘aprender’ são, respectivamente, ‘a minha mãe’ e ‘português’.

Para os mesmos autores, os verbos bitransitivos são classificados como os que envolvem um argumento externo e dois argumentos internos. Tipicamente, são os verbos de transferência de posse e os verbos de posicionamento. O dado abaixo, do PLB, ilustra um verbo bitransitivos:

⁷ Nosso corpus é constituído de material coletado em viagens de campo ao município do Libolo, Cuanza Sul, Angola, no âmbito do “Projeto Libolo”, em incursões nos anos de 2011, 2013, 2016 e 2018. Para maiores informações acerca do referido Projeto, recomendamos ao leitor o trabalho de Figueiredo (2015).

03) Só que num te dei nenhuma dica

Em (03), o argumento externo do verbo ‘dar’ embora não se faça realizado na sentença, pode ser aferido pela flexão do verbo na primeira pessoa do pretérito (‘dei’), ou seja, ‘eu’. Os dois argumentos internos são ‘nenhuma dica’ e o ‘te’. Nota-se, assim, a característica de transferência de posse, típica desse verbo.

Na língua portuguesa, os complementos diretos são os sintagmas nominais (DPs) que ocorrem em sentenças transitivas (04) e (05) e em sentenças bitransitivas (06). No PLB, sua representação também se dá por um DP, um CP e também por um IP:

04) Só... temo... temo cin... cin... temo cinco irmãs

05) Disseste que você ia pegar uma cena meu

06) Lá fazia limpar o chão

No dado (04), o complemento direto do verbo ‘ter’ é o sintagma determinante (DP) ‘cinco irmãs’. O exemplo em (05) mostra que a complementação é feita por uma conjunção integrante (que) introduzindo o objeto direto. Em (06), a complementação verbal direta é assinalada pelo termo ‘limpar o chão’, um verbo em sua forma infinitiva.

Em relação a posição ocupada pelo objeto direto, nas sentenças passivas com verbos transitivos diretos, notamos que, assim como no português brasileiro (CAVALCANTE & FIGUEIREDO, 2009: 97), no PLB encontramos a posição de sujeito preenchida pelo objeto direto e o agente não é mencionado:

07) Luanda ficou abarrotada

08) A fu– a makoka é levada na moagem

Nos dados (07) e (08), do PLB, a posição de sujeito é ocupada pelos termos ‘Luanda’ e ‘a makoka’ que são os complementos verbais de seus respectivos verbos, ou seja, ‘abarrotar’ e ‘levar’. Nos dois casos, o agente não é mencionado, característica das construções na voz passiva.

Para a retomada de um elemento mencionado anteriormente na função de objeto direto, análises das variedades brasileira e europeia do português (CAVALCANTE & FIGUEIREDO, 2009: 98) apontam quatro estratégias para essa retomada: i) clítico; ii) objeto

nulo; iii) pronome nominativo ‘ele/ela’ e iv) sintagma nominal. Vejamos se há a ocorrência dessas estratégias nos dados do PLB:

09) INF: Tou este ano... este ano não... este ano porque disseram... tiveram a falar se não tem... quem num tem cédula_(i) não estuda...

DOC1: Ham... você...

INF: ...não posso este ano que não tou a estudar

DOC1: Você tem cédula_(i)?

INF: Não, num tenho_(i) ainda

10) avô Camanga_(i) fundou mesmo o baire já está morto até ver ele_(i) com mínimo mesmo respeito

11) Vamos respeitar o soba... Soba_(i) é pai grande... Respeito Aquele eu jurei mesmo assim respeitei muito o pai_(i)

No dado (09), estamos diante de um caso de objeto nulo, em que a informante, em sua última fala, não realiza o complemento ‘cédula’, já mencionado anteriormente em seu discurso e do documentador. Em (10), o pronome nominativo ‘ele’ é realizada na função de objeto direto do verbo ‘ver’, quando a norma padrão preconiza o uso da forma acusativa ‘o’, isto é, “... já está morto até vê-lo com mínimo mesmo de respeito”. Tanto em (09) como em (10), as estratégias mostram que os termos não possuem autonomia discursiva e são interpretados apenas quando são correferentes a um elemento previamente explicitado. O dado em (11) apresenta o sintagma nominal ‘o pai’ retomado como objeto direto de ‘respeitar’, mas que é referencialmente autônomo. Vale destacar que em nosso corpus não foi encontrada a estratégia de clítico, que retomaremos adiante.

Assumindo que as estratégias de manifestação do objeto direto anafórico distinguem as gramáticas das línguas, podemos notar diferenças nas variedades brasileira e europeia. Para o português europeu, apenas as estratégias de clítico e objeto nulo estariam disponíveis, segundo Cavalcante & Figueiredo (2009: 99), enquanto no português brasileiro ocorrem as três estratégias de retomada do objeto direto: clítico, objeto nulo e pronome nominativo. Desse modo, parece-nos que o PLB aproxima-se do português brasileiro na presença da estratégia pronome nominativo, como vimos em (10). Reforçamos que a mesma estratégia é encontrada no português de Luanda, conforme apontamos em (12)⁸:

⁸ Miguel (2003: 64), dado renumerado.

12) Eu convido ela para ir conosco

Em relação a estratégia clítico, nosso corpus não atestou sua ocorrência. Esse fato parece-nos ser característico do PLB, como já levantado por Figueiredo & Oliveira (2013: 48-52) para a mesma variedade. Os autores chamam a atenção para que essa estratégia aparece em falantes com grau de instrução mais elevado, ou seja, essa estratégia é adquirida tardiamente e através de uma educação formal. Figueiredo (2004), ao estudar comunidades afro-brasileiras do interior da Bahia, também aponta a ausência total da estratégia clítico sendo analisada como uma forma não-vernacular e adquirida em contexto de escolarização.

Em relação ao complemento dativo (ou objeto indireto), a realização dos complementos dativos no PLB pode ser atestada a partir das seguintes características:

LHE – objeto indireto

13) Agora... agora como arranjei-lhes já um outro vigilante

LHE – objeto direto

14) [pediram três filhos à minha mãe_(i)] Pra lhes_(i) ajudarem

PREPOSIÇÃO ‘A’

15) dou um salário ao rapazinho que fica lá a tomar conta das crianças

PREPOSIÇÃO ‘PARA’

16) Teve que voltar ir pra Calulo

PREPOSIÇÃO ‘EM’

17) A caçule é que foi em Luanda este ano

Torres Morais & Berlinck (2007), ao contrastarem o português brasileiro e o português europeu, apontam para duas mudanças na realização dos complementos dativos. O português brasileiro apresenta i) perda quase completa do pronome clítico de terceira pessoa ‘lhe(s)’, substituído pelo pronome forte ‘ele/ela’ introduzido pela preposição ou não realizado; e ii) variação entre as preposições ‘a’ e ‘para’, com uso frequente da segunda.

Não generalizamos as duas características apontadas pelas autoras presentes no português brasileiro para o PLB, considerando a incipiente pesquisa para essa variedade

africana do português. No entanto, podemos destacar no PLB a sua aproximação com estratégias presentes no português brasileiro, mas ausentes no português europeu.

Cavalcante & Figueiredo (2009: 122), em relação a mudança das preposições introdutora dos dativos, chamam a atenção que precisamos considerar a não-realização da preposição, que é rara no português brasileiro e no português europeu em sintagmas nominais ativos, sendo agramatical ou marginal em alguns dialetos. As autoras apontam que nas falas da Zona da Mata de Minas Gerais (18) e de comunidades afro-brasileiras baianas, como Helvécia (19), atestam-se esse tipo de construção:

18) Dá o recado o seu irmão! – cf. “Dá o recado ao seu irmão”

19) É... vinha dá ele recado certim – cf. “É... vinha dar a ele recado certinho”

No dado apresentado em (20), a seguir, do português de Moçambique, também encontramos a não-realização da preposição:

20) Os jovens são dados responsabilidades de família – cf. “Aos jovens são dados responsabilidades de família”

No PLB, essa construção de ausência da preposição no complemento dativo pode ser vista em (21):

21) tinha ido Luanda fiz lá três anos – cf. “Tinha ido à Luanda fiz lá três anos”

A partir dos dados expostos acima, mesmo que não possam ser considerados um levantamento exaustivo e definitivo da complementação verbal do português que é falado no Libolo, podemos apontar, mesmo que preliminarmente, algumas características do PLB: o seu afastamento do PE quando do uso da estratégia de clítico para a complementação direta e sua aproximação do português brasileiro no uso de pronomes pessoais. Na complementação dativa, há o uso concomitante das preposições ‘a’ e ‘para’, necessitando de estudos quantitativos para verificarmos sua frequência de uso, assim como o uso da preposição ‘em’.

Também pudemos notar que o PLB, falado em uma região fora do eixo capital, também possui características do português falado em Luanda. Chamou-nos a atenção a não-realização da preposição introdutora de dativos no PLB e sua aproximação de variedades de português consideradas ‘não standard’, como a da Zona da Mata Mineira e de variedades afro-brasileiras, como as faladas em comunidades remanescentes de quilombos, além de variedades africanas do português, como a moçambicana. Esse fato ratifica a importância de novos estudos descritivos do português falado, não só em Angola, e o tratamento analítico

desses tipos de construções, contribuindo, inclusive, para se inferir o papel do contato linguístico na formação dessas variedades.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em nosso trabalho, fizemos uma breve contextualização da presença da língua portuguesa em Angola e como se deu a sua presença nesse território e os aspectos sociolinguísticos imbricados quando da oficialização da língua.

Angola sendo um país plurilíngue, conviveu com a língua portuguesa sendo norteadora da sociedade entre "indígenas" e "assimiladas" e, posteriormente, alçada à condição de língua da unidade nacional em um país "multifacetado" linguisticamente.

A partir de uma breve descrição da complementação verbal em uma subvariedade do português de Angola, argumentamos que o português angolano também possui uma diferenciação em relação às variedades brasileira e europeia, já estabelecidas como variedades nacionais.

Procuramos, então, trazer à discussão a necessidade de se considerar a língua portuguesa para além de língua oficial e discutí-la como uma parte da identidade linguística e cultural dos angolanos ao lado das demais línguas consideradas nacionais.

REFERÊNCIAS

- BERENBLUM, A. *A invenção da palavra oficial*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- BIRMINGHAM, D. *A Conquista Portuguesa de Angola*. Porto: A Regra do Jogo, 1974.
- CABRAL, L.A.V. *Complementos Verbais Preposicionais do Português em Angola*. Vol. II. Dissertação de mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2005.
- CAVALCANTE, R. & FIGUEIREDO, C. Complementos verbais diretos e dativos. In: LOBO, T. & OLIVEIRA, K. *África à vista. Dez estudos sobre o português escrito por africanos no Brasil do século XIX*. Salvador: Edufba, 2009, p. 90-137.
- CYRINO, S.M.L.; NUNES, J.; PAGOTTO, E. Complementação. In: KATO, M. & NASCIMENTO, M. (orgs.). *Gramática do português culto falado no Brasil: a construção da sentença*. Vol III. Campinas: Editora da Unicamp, 2009, p. 47-96.
- DIAS, J. As primeiras penetrações portuguesas em África. In: ALBUQUERQUE, L. (org). *Portugal no mundo*. Vol. I, 281-299. Lisboa: Publicações Alfa, 1989.
- FIGUEIREDO, C. *Linguística, história, antropologia e ensino no Kwanza Sul, Angola*. “Projeto Libolo” - Município do Libolo, Kwanza-Sul, Angola: aspectos linguísticos-educacionais, histórico-culturais, antropológicos e sócio-identitários. Vol 1. Lisboa: Chiado, 2015.
- FIGUEIREDO, C. *O objeto direto anafórico no dialeto rural afro-brasileiro*. Dissertação de mestrado, UFBA, Salvador, 2004.
- FIGUEIREDO, C.F.G. Aspectos histórico-culturais e sociolinguísticos do Libolo: aproximações com o Brasil. In: OLIVEIRA, M.S.D. & ARAUJO, G.A. *O Português na África Atlântica*. Humanitas: FAPESP, 2018, p. 47-97.
- HERNANDEZ, L. *A África na sala de aula*. 2ª ed. rev. São Paulo: Selo Negro, 2008.
- INVERNO, L. A transição de Angola para o português. Uma história sociolinguística. In: SOUSA, J.S. et al (coords). *Comunidades imaginadas: nação e nacionalismos em África*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2008, p.117-129.
- INVERNO, L. A transição de Angola para o português vernáculo: estudo morfossintático do sintagma nominal. In: CARVALHO, A.M. (ed.). *Português em contato*. Madrid, Frankfurt: Iberoamericana/Editorial Vervuert, 2009, p. 87-106.
- MIGUEL, M.H. *Dinâmica da pronominalização no português de Luanda*. Luanda: Nzila, 2003.
- MIGUEL, M.H. A língua portuguesa em Angola: normativismo e glotopolítica. *Lucere* 5, ano 4, 2008, p. 35-48.
- MINGAS, A. *Interferência do kimbundu no português falado em Lwuanda*. Porto: Campo das Letras, 2000.

PELISSIER, R. *Histórias das campanhas de Angola: resistência e revoltas (1845-1941)*. Vols. I e II. Lisboa: Editora Estampa, 1997.

REDINHA, J. *Etnias e culturas de Angola*. Coimbra: AULP, 2009.

SANTOS, E.F. Aspectos da língua portuguesa em Angola. *PAPIA*, 28(1), 2018, p. 25-49.

TORRES MORAIS, M.A.C.R. & BERLICK, R.A. Eu disse pra ele ou disse-lhe a ele: a expressão do dativo nas variedades brasileira e europeia do português. In: CASTILHO, A.T. et al. (orgs.) *Descrição, história e aquisição do português brasileiro*. São Paulo: Pontes/FAPESP, 2007, p.61-74.

UNDOLO, M.E.S. Caracterização da norma do português em Angola. Tese de Doutorado, Universidade de Évora, 2014.

ZAU, D. *A língua portuguesa em Angola. Um contributo para o estudo da sua nacionalização*. Tese de Doutorado, Universidade da Beira Interior, 2011.